

DÍVIDA EXTERNA

03 MAR 1991

Crescem as pressões para fechar acordo

País deve US\$ 8 bilhões de juros atrasados e bancos pedem pelo menos US\$ 2,4 bilhões

PAULO SOTERO

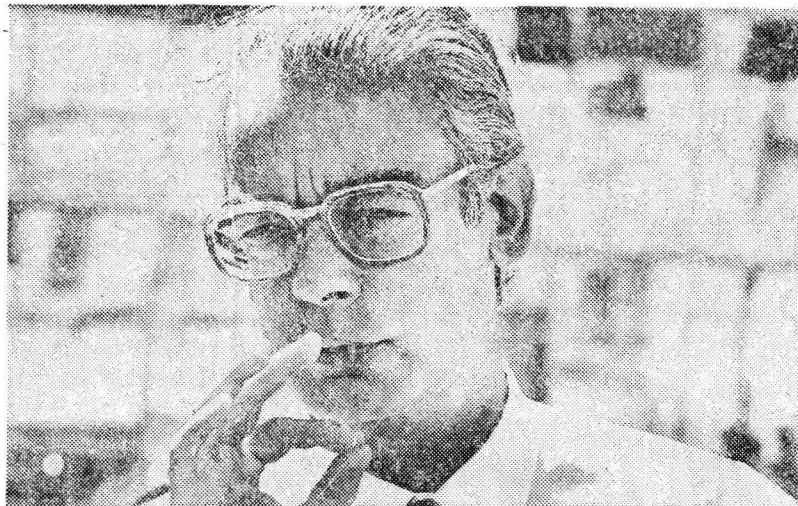
WASHINGTON — Depois de cinco meses de conversas arrastadas, o governo brasileiro e os bancos credores enfrentarão esta semana a hora da verdade nas negociações sobre os mais de US\$ 8 bilhões de juros atrasados da dívida externa, em Nova York. A ameaça de nova reclassificação dos empréstimos dos bancos americanos ao Brasil por uma comissão reguladora de Washington pressiona os dois lados a chegar a acordo até sexta-feira ou arriscar o colapso das negociações.

Não há nenhuma garantia de que haverá entendimento, indicam ao Estado fontes financeiras e do governo brasileiro. Os bancos estão divididos. Exasperados com a atitude do Brasil nos primeiros quatro meses de conversa, os governos dos países indus-

trializados, a começar pelos Estados Unidos, assumiram posição de espectadores. E o governo brasileiro parece ter chegado ao limite de sua capacidade de fazer concessões.

A principal diferença que separa as duas partes é o montante do pagamento da conta de atrasados. Isolado e sob enorme pressão, o governo ofereceu US\$ 1,5 bilhão no início da semana passada, depois de ter abandonado a posição que adotara de condicionar o acerto dos atrasados a um acordo sobre os termos de reestruturação do estoque da dívida. Numa primeira concessão, o Brasil anunciara, em dezembro, por intermédio do negociador da dívida, Jório Dauster, a retomada dos pagamentos de um terço dos juros correntes a partir de janeiro.

A proposta formal dos bancos é que o Brasil pague US\$ 2,4 bilhões, quantia que, dependendo de quem faz a conta, representaria 30% do montante dos atrasados. Os credores se dispõem a refinanciar os restantes 70% comprando um título de médio prazo a ser emitido pelo governo.



Wilson Pedrosa/AE-15/11/90

Dauster: País ofereceu US\$ 1,5 bilhão na semana passada para os atrasados

A última oferta brasileira foi aceita como “base para negociação” pelos bancos. Credores de cerca de um terço da dívida brasileira, os bancos americanos enfrentam grave crise e têm interesse particular em chegar logo a um acordo, por causa da ameaça de reclassificação. Já os bancos japoneses e europeus, principalmente os

bancos alemães, não estão com pressa. Como estas instituições têm reservas equivalentes a 100% de seus ativos brasileiros, vêm resistindo a fazer concessões sob o argumento de que o Brasil precisa aprender a respeitar “a santidade dos contratos”.

Em situações semelhantes, no passado, os governos dos países indus-

trializados entravam em cena e acabavam forçando um entendimento. Mas é altamente improvável que isso ocorra desta vez. O governo brasileiro alienou o apoio oficial com sua posição inicial nas negociações e não há, em Washington ou qualquer outra capital de peso, quaisquer sinais de boa vontade em relação ao País. Pelo contrário, até meados da semana passada o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos indicava publicamente que a oferta de pagamento de US\$ 1,5 bilhão feita pelo Brasil era insuficiente.

Em julho do ano passado, os bancos americanos foram forçados por Washington a registrar 20% de seus ativos brasileiros como perdas. Fontes oficiais e dos bancos dizem que o mesmo ocorrerá agora se não houver acordo sobre os atrasados até o início, dia 11, da reunião trimesral da comissão reguladora, a Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc). Os bancos americanos diretamente envolvidos nas negociações são credores de mais de US\$ 7 bilhões da dívida do País.